



# Da Crise da Escola à Renovação da Investigação

Adalberto Dias de Carvalho \*

Em nome dos direitos do homem e da democracia assistimos nas últimas décadas à universalização do ensino obrigatório. Tal fenómeno cumpriu-se como meio de a sociedade assegurar a todos pela via política e independentemente da sua condição social, cultural e económica, o acesso à educação. Como forma, portanto, de se evitar a discriminação a que muitos estariam condenados se se deixasse à própria inércia social a condução natural dos itinerários pessoais.

Depois de, numa primeira fase, se dar a prioridade à demografização, isto é, à proliferação geográfica dos estabelecimentos escolares, numa tentativa de permitir que todos acessem à escola que, até aí, era só de alguns, eis que os políticos da educação se apercebem que, a par disso, é preciso mudar a escola em si, fazendo com que ela deixasse de persistir dentro dos cânones de um modelo fortemente selectivo. Tal sucede, à partida, apenas a nível do ensino básico procurando-se, então, desvinculá-lo das amarras de um passado que ditara os seus objectivos, a sua organização disciplinar, a sua avaliação, a sua gestão, etc. No caso concreto do nosso País, com o atraso em relação ao resto da Europa que o costuma caracterizar, vimos sair recentemente um importante conjunto de legislação que aponta precisamente nesse sentido.

Como acontece com muita frequência em situações e matérias deste tipo, rapidamente os valores propalados transformam-se em slogans e tabus insusceptíveis de crítica, tomando-se as reservas formuladas e as críticas esboçadas como ataques frontais desencadeados por forças que, a partir daí, passam a representar o passado e os privilégios que nele se condenam. Entra-se rapidamente no jogo das ortodoxias e das heresias, organizando aquelas ortopraxias que, mais do que fundamentar as primeiras as legitimam a posteriori. Por outras palavras, a ideologia igualitária embrenha-se na construção de práticas que garantem a sua própria sobrevivência, ao tecerem os esboços e os limites da sua lógica e da sua coerência.

Mas, como acontece sempre em todas as sinuosidades da história, eis que o desenvolvimento de tal ideário, ao não ser estritamente determinado pelos fins que os homens lhe vão atribuindo em nome das suas aspirações, acaba por tornar patentes as fissuras, os limites e as contradições dos projectos com que aqueles a vão impregnando.

Na verdade, começou-se a tornar patente que, dentro da escola — na escola renovada —, os alunos percorrem, sobretudo, os itinerários pessoais das diferenças que os

\* Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

discriminam e se vão aprofundando e não tanto os caminhos da convergência de estatutos sociais e culturais. E o mais paradoxal é que é apenas a escola que assegura essa função não deixando ninguém de fora. Os excluídos no interior da escola — excluídos pelos objectivos mínimos, pelos programas mínimos, pelos certificados mínimos! — são, na verdade, os novos pobres gerados pelo próprio sistema escolar. Despojados das ideologias classistas, entorpecidos por uma cultura escolar que os molda para as novas necessidades de mão-de-obra da sociedade pós-industrial, espera-se deles que cumpram as funções que lhes estão destinadas. A Europa economicamente mais avançada coloca nesses contingentes, nomeadamente, as segundas e terceiras gerações de imigrantes cujas competências não podem ser já iguais às dos seus pais e avós, face aos novos desafios tecnológicos.

Há, porém, um dado que acaba por escapar a toda esta política. É que, depois do ensino básico, uma boa parte desses alunos acaba por querer prosseguir no ensino secundário e também no superior. A perseverança que muitas vezes caracteriza os mais desfavorecidos e o alastramento dos ideais igualitários, a par de um desemprego crescente, explicam, entre outras causas, este último fenómeno.

A partir daqui duas alternativas são delineadas: o prolongamento da perspectiva sócio-pedagógica do ensino básico obrigatório ao secundário e ao superior, ou a afirmação de uma ruptura entre o primeiro e os segundos. A primeira, revela-se insustentável do ponto de vista científico e profissional; a segunda, para mais, torna-se politicamente insustentável.

Depois de alguns anos de indecisão e até de uma certa desorientação, eis que as grandes preocupações se centram de novo na escolaridade básica mas apenas na ânsia de a revalorizar científica, pedagógica e em termos de realização pessoal. É o «regresso ao básico» que, como um grito de alarme atravessa o mundo anglo-saxónico, atinge a França e chega até nós. No nosso caso muito concreto, tal grito faz despontar com redobrada força a perplexidade perante a assustadora insuficiência da nossa rede no domínio do pré-escolar que, a montante, tudo condiciona. Isto, quando são tão agudas as assimetrias entre as culturas e os recursos que delimitam a educação familiar, primeiro patamar das injustiças sociais.

A questão da democratização do ensino não se coloca agora apenas em termos da entrada de todos na rede escolar mas sobretudo a nível do sucesso pessoal de todos. Um sucesso que não pode mais ser medido pelo cumprimento formal de um percurso escolar estandardizado mas que só existirá se cada um puder cumprir um itinerário que, sendo individualizado, seja ao mesmo tempo socialmente útil e também socialmente reconhecido.

Ora, tudo aponta para que a situação que estamos a viver esteja bem longe disso. A progressão escolar dos alunos — pela ausência real de dispositivos compensadores das distorções sociais de base — redonda no reforço de uma diversidade económica, social e cultural injusta. Tal, pela acção de uma pedagogia escolar que, por força do seu papel institucional, acaba por catalogar — em nome de uma homogeneidade igualitária —, numa infundável categorização, os alunos que, tornados marginais, vêem a sua diferença estigmatizada por uma reinserção prometida mas generalizadamente fracassada.

A superação deste bloqueamento na realização do ideário da democratização do ensino passa, quanto a nós, por uma extensão conjunta da investigação educacional à sociedade global, nomeadamente às suas instâncias comunicacionais e políticas. Fracassada a gestão sócio-política das questões educativas, constatadas as limitações das ciências da educação (escolar), verificada a pedagogização selvagem da comunicação social, feita maioritariamente com objectivos consumistas, há que tirar todas as consequências de uma perspectiva antropológica do conhecimento sobre os fenómenos educativos — vendo nele, antes de mais, uma via da relação do homem com o mundo em que, com as questões da verdade, hoje se colocam questões éticas.

A investigação educacional não pode, pois, permanecer num patamar em que está condenada a cumprir privilegiadamente estratégias adaptativas e objectivos de funcionalidade do sistema escolar ditados por um poder que lhe é exterior e anterior. O grande desafio que se lhe coloca agora é o de, tirando todas as consequências do processo de extensão da acção educativa à sociedade no seu todo, tomar em mãos, com preocupações antropológicas e éticas, a educação social. Para isso, terá de considerar a globalidade das suas condicionantes e implicações invertendo o trajecto que na história recente conduziu das ciências sociais e humanas às ciências da educação passando todas elas, a partir daqui, a serem, em sentido geral, ciências da educação. A iminência das situações de ruptura social, cultural, económica e natural impõe-lhe uma tal reconversão epistemológica. Tudo passa pela educação na medida em que ela em tudo está. Ou, talvez melhor, na medida em que as instâncias educativas se multiplicaram de um modo algo descontrolado mas efectivo requerendo agora uma abordagem pedagógica autónoma que implica, isso sim, uma partilha do poder: dos investigadores, dos educadores, dos mass-media. Uma vez mais em nome da democratização da e na sociedade pós-industrial. Em nome das pessoas, esperamos!